

2014

FPPM

REGULAMENTO DE DISCIPLINA



Aprovado em Reunião de Direção a 6 de novembro de 2014

Nota: O texto destes Estatutos cumpre com o novo Acordo Ortográfico em vigor.

REGULAMENTO DE DISCIPLINA

TÍTULO I

PARTE GERAL

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES E PRÍNCIPIOS GERAIS

ARTIGO 1º

Âmbito de aplicação

- 1- O presente Regulamento estabelece os princípios e as normas reguladoras do procedimento disciplinar, em matéria desportiva, e não desportiva, aplicável no âmbito das atribuições e competências da Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno.
- 2- O presente regulamento aplica-se aos membros dos órgãos da federação, clubes, dirigentes desportivos, praticantes, técnicos desportivos, agentes desportivos em geral e quaisquer colaboradores ou outras pessoas singulares e coletivas regularmente subordinadas à FPPM, como entidade reguladora da prática do Pentatlo Moderno e das suas variantes que combinam em distintos formatos as suas disciplinas.

ARTIGO 2º

Regulamento Antidopagem

Todas as matérias relacionadas com a luta contra a dopagem no desporto, no âmbito da Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno são reguladas em regulamento próprio, denominado Regulamento Antidopagem.

ARTIGO 3º

Sujeição ao poder disciplinar

- 1- A aplicação deste regulamento às pessoas referidas no nº 2 do artigo 1º não prejudica a sua eventual responsabilidade civil ou penal.
- 2- Quando os factos forem suscetíveis de serem considerados infração penal, o órgão disciplinar competente dará obrigatoriamente conhecimento dos factos ao órgão do Ministério Público que for competente para promover o respetivo procedimento criminal.
- 3- As pessoas singulares serão, ainda, punidas por faltas cometidas no exercício das suas funções ou atividade, ainda que as tenham deixado de exercer ou passem a exercer outras.

ARTIGO 4º

Infração disciplinar

- 1- Constitui infração disciplinar em matéria desportiva, a ação ou omissão, ainda que meramente culposa, praticada pelos agentes desportivos, no exercício das suas funções ou atividades, e em violação dos deveres decorrentes dos Estatutos e dos Regulamentos da FPPM e dos deveres de correção e da ética desportiva.
- 2- Constitui ainda infração sujeita a procedimento disciplinar, a violação das normas vigentes em

matéria disciplinar desportiva, e não desportiva, tipificadas no presente Regulamento.

ARTIGO 5º

Autoria

Comete Infração Disciplinar quem executa, por si mesmo ou por intermédio de outrem, factos violadores dos deveres ou normas a que se refere o artigo anterior.

ARTIGO 6º

Cumplicidade

- 1- É punível como cúmplice quem, dolosamente e por qualquer forma, presta auxílio material ou moral à prática por outrem de um facto doloso.
- 2- É aplicável ao cúmplice a pena fixada para o autor, especialmente atenuada nos termos do artigo 26º.

ARTIGO 7º

Punibilidade da tentativa

- 1- A tentativa só é punível se à infração consumada respetiva não corresponder a pena de repreensão escrita.
- 2- A tentativa é punível com metade da pena aplicável à infração consumada, no caso de a esta ser aplicável uma pena fixa.
- 3- Nos casos de pena variável aplicável à infração consumada, os limites mínimo e máximo são reduzidos a metade.

ARTIGO 8º

Princípio da legalidade

- 1- Só pode ser punido disciplinarmente o facto descrito e declarado passível de pena por disposição regulamentada anteriormente ao momento da sua prática.
- 2- Não é permitida a analogia para qualificar o facto como infração disciplinar, sendo sempre necessário que se verifiquem os factos constitutivos da infração estabelecidos nas disposições aplicáveis.

ARTIGO 9º

Aplicação no tempo

- 1- As penas são determinadas pelas disposições vigentes no momento da prática do facto ou do preenchimento dos pressupostos de que dependem.
- 2- O facto punível segundo a disposição vigente no momento da sua prática, deixa de o ser se uma nova disposição o eliminar do número de infrações; neste caso, se tiver havido condenação, ainda que transitada em julgado, cessa a respetiva execução e os seus efeitos.
- 3- Quando as disposições disciplinares vigentes no momento da prática do facto punível forem diferentes das estabelecidas em preceitos posteriores, será sempre aplicado o regime que concretamente se mostre mais favorável ao agente, salvo se este já tiver sido sancionado por decisão insuscetível de recurso.

ARTIGO 10º

Competência disciplinar

- 1- O Conselho de Disciplina e de Justiça são os órgãos da FPPM com competência para o exercício do poder disciplinar, em matéria desportiva, e a Direção é o órgão com competência disciplinar em matéria não desportiva.
- 2- O Conselho de Disciplina e o Conselho de Justiça exercem as suas competências, quer a nível do território Português, quer relativamente a provas ou competições realizadas no estrangeiro e que contem com a participação da FPPM.
- 3- O poder disciplinar é exercido de acordo com a lei, os estatutos, o presente regulamento e ainda os regulamentos específicos em vigor.

ARTIGO 11º

Ação disciplinar: espécies

- 1- A ação disciplinar é vinculada e/ou discricionária.
- 2- A ação de poder vinculado é aquela em que uma determinada infração corresponda uma pena definida, com limite e graduação própria, fixada nas respetivas normas regulamentares.
- 3- A ação de poder discricionário é aquela que depende do critério de quem tem competência para a decisão, graduando a culpa e a medida da pena, ainda que subsumida aos limites e critérios regulamentares.

ARTIGO 12º

Princípio da singularidade das penas

Não pode aplicar-se ao mesmo agente mais de uma pena disciplinar por cada infração ou pelas infrações acumuladas que sejam apreciadas num só processo ou em mais de um processo quando apensados.

TÍTULO II

DA DISCIPLINA EM MATÉRIA DESPORTIVA

CAPÍTULO I

DAS PENAS DISCIPLINARES

SECÇÃO I

CLASSIFICAÇÃO, EFEITOS E REGISTO

ARTIGO 13º

Classificação das penas

As Penas aplicáveis são as seguintes:

- a) Repreensão escrita;
- b) Multa;
- c) Suspensão da atividade ou funções;
- d) Destituição de cargo ou funções.

ARTIGO 14º

Da repreensão escrita

A Pena de Repreensão escrita consiste em mera chamada de atenção pela irregularidade praticada.

ARTIGO 15º

Da multa e sua determinação

A aplicação da multa e a determinação da sua medida terão em conta a existência de ilícito disciplinar com culpa grave ou muito grave, a verificação de distúrbios, o cometimento de violência e de lesões, a premeditação e reincidência, a perturbação de provas e o seu grau, o montante recebido a título de remuneração pelo infrator, bem como o próprio nível de competição em que sejam cometidas as infrações.

ARTIGO 16º

Graduação da multa

1- Na graduação das multas deverão ser levadas em consideração as circunstâncias do caso, o grau de gravidade dos factos, a sua amplitude e incidência na competição, a conduta de outros agentes desportivos na motivação dos factos ou a sua diligência na contenção dos mesmos, as medidas de segurança existentes, bem como o montante dos danos causados.

2- No caso de reincidência e nas repetições de novos casos de idêntica ou superior gravidade, os limites das penas de multas previstas neste artigo são os seguintes:

- a) O mínimo será igual ao máximo previsto para cada caso.
- b) O máximo será igual a uma vez e meia àquele que estava previsto para cada caso.

3- Na determinação do quantitativo da multa, será tido em consideração o montante recebido, a título de remuneração pelo infrator.

4- Em caso de impossibilidade de aplicação do critério consagrado na alínea anterior, o critério a aplicar será o do salário mínimo nacional.

5- O montante das multas aplicadas nos termos deste regulamento reverterá para a FPPM e será destinado à promoção e desenvolvimento da modalidade.

ARTIGO 17º

Pagamento da multa

- 1- A pena de multa será sempre fixada em quantia certa, arredondando-se o seu valor para as unidades e importará para o infrator a obrigação do respetivo pagamento na tesouraria da FPPM, no prazo de vinte dias, contados da data em que a decisão se tornou irrecorrível.
- 2- Se o pagamento não for efetuado dentro do prazo fixado no número anterior, a multa aplicada será agravada em 50%.
- 3- No caso do número anterior, o remisso será notificado para efetuar o respetivo pagamento, na tesouraria da FPPM, no prazo de dez dias.
- 4- A falta de pagamento de multa agravada, dentro do prazo consagrado no número anterior, impede automática e independentemente de qualquer notificação, os remissos para o desempenho de quaisquer funções ou atividades afetas à FPPM até que o pagamento se mostre efetuado.
- 5- Caso o remisso seja atleta e realizar qualquer competição nesse período, tal implicará a desqualificação da sua equipa.
- 6- Pelos pagamentos das multas dos dirigentes, delegados, empregados e seccionistas, responde solidariamente o clube/equipa a que pertença que, para o efeito, será notificado para o respetivo pagamento.
- 7- No caso de incumprimento do número anterior, serão aplicadas ao Clube/Equipa as sanções previstas nos números anteriores.
- 8- O Conselho de Disciplina da FPPM poderá, sob proposta da Direção, suspender direitos atribuídos pelos Estatutos da FPPM, após averiguações que julgar necessárias.

ARTIGO 18º

Outras circunstâncias

Para efeitos da aplicação das penas de multa previstas nos termos do artigo anterior, é considerada a ocorrência de factos no espaço temporal e físico seguinte:

- a) Espaço temporal: de uma hora antes do início oficialmente previsto para a competição até duas horas após a entrega dos prémios.
- b) Espaço físico: toda a área onde se desenrola a competição, zonas envolventes, tribunas, bancadas destinadas ao público, zonas de transição, balneários, e locais de estacionamento de viaturas.

ARTIGO 19º

Da suspensão da atividade ou funções

- 1- A pena de suspensão consiste no afastamento completo do infrator das suas atividades ou funções durante o período da pena.
- 2- A pena de suspensão aplicada pode ser computada em período de tempo ou em determinado número de provas.
- 3- A Suspensão por determinado período de tempo tem por limite mínimo 30 dias e por limite máximo 4 anos e impede o infrator de participar em qualquer atividade de âmbito Federativo; se a mesma não puder ser integralmente cumprida durante a temporada oficial em que tiver sido decretada, o período em falta será cumprido a partir do início da temporada seguinte.
- 4- A Suspensão por determinado número de provas tem por limite mínimo 1 prova e por limite máximo 20 provas e impede o infrator de alinhar em tantas provas quantas as que tiverem sido fixadas, pela ordem cronológica em que tenham lugar no quadro competitivo Nacional englobando todas as competições Nacionais e ainda as competições Internacionais onde a FPPM se faça representar ou organize.
- 5- A pena de suspensão deverá ser notificada ao infrator, começando a ser cumprida a partir da data constante da notificação ou na sua falta da data da própria notificação, com exceção dos casos previstos no artigo 17º do presente regulamento.

ARTIGO 20º

Da pena de destituição de cargo ou funções

- 1- Inabilita o infrator ao desempenho de qualquer cargo ou atividade pelo período que for definido em processo disciplinar.
- 2- Só pode ser aplicada pela Assembleia Geral, de acordo com proposta do Conselho de Disciplina acompanhada de parecer fundamentado do Conselho de Justiça e confirmada pela Direção.

ARTIGO 21º

Suspensão da Execução das penas

Em casos excecionais fundados em interesse maior da modalidade ou de acordo com os critérios estabelecidos no Código Penal, pelo prazo e sob condições e obrigações que fixará com clareza, o Conselho de Disciplina, ao aplicar qualquer das Penas Disciplinares das alíneas b) e c) do artigo 13º, poderá determinar a suspensão da sua execução.

ARTIGO 22º

Efeitos das penas

As Penas Disciplinares produzem unicamente os efeitos declarados no presente regulamento.

ARTIGO 23º

Do registo das penas

A FPPM organizará para cada infrator um registo especial de todas as penas que forem sendo aplicadas.

SECÇÃO II

MEDIDA DE GRADUAÇÃO DAS PENAS

ARTIGO 24º

Determinação da medida da pena

Na escolha da sanção a aplicar concretamente e na determinação da medida desta, dentro dos limites definidos no presente Regulamento, atender-se-á à natureza da infração, ao grau de culpa, à personalidade do infrator e a todas as circunstâncias em que a infração tiver sido cometida que militem contra ou a seu favor.

ARTIGO 25º

Circunstâncias agravantes

1- São circunstâncias agravantes da infração disciplinar:

- a) Ser o infrator membro dos órgãos da FPPM;

- b) A qualidade de dirigente desportivo;
- c) A qualidade de treinador;
- d) A provocação de lesões no adversário;
- e) Ter sido cometida em representação da Seleção Nacional;
- f) Ter sido cometida em país estrangeiro;
- g) A produção efetiva de resultados prejudiciais ao prestígio e bom nome da FPPM ou do Pentatlo Moderno em geral;
- h) A premeditação;
- i) O conluio com outrem para a prática da infração;
- j) Ter a falta sido cometida durante o cumprimento de uma sanção;
- k) A reincidência;
- l) A acumulação de infrações.

2- A Premeditação consiste no desígnio formado 24 horas antes, pelo menos, da prática da infração.

3- A Reincidência dá-se quando é cometida nova infração antes de decorrido 1 ano sobre o dia em que tiver findado o cumprimento de pena imposta por virtude de infração anterior.

4- A acumulação dá-se quando duas ou mais infrações são praticadas na mesma ocasião ou quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior.

ARTIGO 26º

Circunstâncias atenuantes

1- São circunstâncias atenuantes da infração disciplinar:

- a) O bom comportamento anterior;
- b) A confissão espontânea da infração;
- c) A demonstração de arrependimento sincero por parte do infrator;
- d) A prestação de serviços relevantes em prol do Pentatlo Moderno em especial e do Desporto em geral;
- e) A provocação;
- f) O acatamento bem-intencionado de ordem dada por entidade competente, nos casos em que não fosse devida obediência.

2- Além destas poderão ser excecionalmente consideradas outras atenuantes quando, em concreto, a sua relevância o justifique.

ARTIGO 27º

Da graduação das penas

1- Quando se verificarem quaisquer circunstâncias agravantes ou atenuantes, a agravação ou atenuação será efetuada dentro dos limites mínimos e máximo da medida legal da pena, atendendo-se à culpa do infrator.

2- Concorrendo simultaneamente circunstâncias agravantes com circunstâncias atenuantes, a pena será agravada ou atenuada dentro dos limites da sua medida legal, conforme umas ou outras predominarem em função da culpa do infrator.

ARTIGO 28º

Redução extraordinária das penas

Quando existam circunstâncias atenuantes que diminuam substancialmente a culpa do Infrator, poderá aplicar-se excecionalmente pena de escalão inferior.

ARTIGO 29º

Comparticipação

1- É punível como autor quem executa o facto por si mesmo, ou por intermédio de outrem, ou toma parte direta na sua execução, por acordo e juntamente com outro ou outros e, ainda, quem dolosamente determina outra pessoa à prática do facto, desde que haja execução ou início de execução.

2- É cúmplice quem, dolosamente e por qualquer forma, presta auxílio material ou moral à prática por outrem de um facto doloso, sendo-lhe aplicável a disposição consagrada no número anterior.

ARTIGO 30º

Circunstâncias modificativas da responsabilidade

1- A tentativa e a frustração serão punidas com a pena aplicável à falta disciplinar correspondente, especialmente atenuada.

2- A tentativa ocorre quando o agente inicia a execução do facto que constitui a falta, mas não realiza todos os atos ou factos introdutórios necessários para o seu preenchimento, por causa ou evento que não seja a sua desistência voluntária.

3- Existe frustração quando o agente faltoso pratica todos os atos necessários ao resultado pretendido, só não alcançando o resultado pretendido por causas estranhas à sua vontade.

ARTIGO 31º

Circunstâncias dirimentes da responsabilidade

São circunstâncias dirimentes da responsabilidade disciplinar:

- a) A coação física;
- b) A privação accidental e involuntária do exercício das faculdades intelectuais no momento prática do facto;
- c) A legítima defesa, própria ou alheia;
- d) A não exigibilidade de conduta diversa;
- e) O exercício de um direito ou o cumprimento de um dever.

TÍTULO III

DAS INFRAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS INFRAÇÕES EM ESPECIAL

SECÇÃO ÚNICA

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 32º

Âmbito de aplicação

O presente título aplicar-se-á, ao Pentatlo Moderno e às suas variantes que combinam em distintos formatos as suas disciplinas.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES COMUNS

ARTIGO 33º

Suborno

1- Quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a praticar factos que alterem o normal decurso de uma competição, e com consequências no seu resultado, será punido da seguinte forma:

- a) Se praticante, com pena de suspensão de seis a quinze anos;
- b) Se Clube, com pena de multa de € 5 000,00 a € 25 000,00;
- c) Se membro dos órgãos da FPPM com pena de suspensão de todas as funções ou atividades por um período de dez a vinte anos;
- d) Se outras pessoas relacionadas com o Pentatlo Moderno, com pena de suspensão de oito a quinze anos de suspensão.

2- Os mesmos factos na forma de tentativa serão punidos com a mesma pena reduzida a metade.

3- Perante a notícia de suborno, o Conselho de Disciplina deve, obrigatoriamente, comunicar todos os factos de que é conhecedor, ao Ministério Público, a fim de se averiguar a eventual responsabilidade criminal.

ARTIGO 34º

Das declarações e da comparência em processo disciplinar

1- Aquele que devidamente notificado não comparecer para depor ou prestar declarações em processo disciplinar, recorrer a meios fraudulentos de resposta, esclarecimentos ou informações ao instrutor do processo, quer de sua iniciativa, quer solicitada, será punido da seguinte forma:

- a) Se praticante, com pena de multa de € 25,00, e aplicação, com as necessárias adaptações, do disposto no artigo 16º do presente regulamento;
- b) Se membro dos órgãos da FPPM, com pena de multa de € 50,00, e aplicação, com as necessárias adaptações, do disposto no artigo 17º do presente regulamento;
- c) Se arguido ou participante, com pena de multa de € 35,00, e a aplicação, com as necessárias adaptações, do disposto no artigo 17º do presente regulamento;
- d) Se testemunha arrolada pelas partes, com pena de multa de € 25,00 e aplicação, com as

necessárias adaptações, do disposto no artigo 17º do presente regulamento;

e) Se outra pessoa relacionada com o Pentatlo Moderno, com pena de multa de € 15,00 e, a aplicação, com as necessárias adaptações, do disposto no artigo 17º do presente regulamento.

2- Na notificação deverão constar as consequências da ausência injustificada.

3- O prazo para justificação da falta é de 5 dias, a contar da data da falta.

ARTIGO 35º

Combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância no Pentatlo Moderno

1- É proibida a utilização e prática de qualquer forma, verbal, física, psíquica e/ou moral que de alguma forma revele atos ou formas de racismo, xenofobia e/ou intolerância para com pessoas e /ou instituições.

2- Todos os agentes ligados direta ou indiretamente à modalidade, que se envolvam em situações de racismo, xenofobia e intolerância nas competições desportivas organizadas pela FPPM ou sob a égide desta, ou em instalações identificadas com a modalidade, serão punidos da seguinte forma:

a) Se a infração for leve, por não atingir resultados significativos de ordem moral, e valores sociais relevantes, e que indicie negligência de uso de linguagem verbal, escrita e/ou gestual, será punido com pena de repreensão escrita e/ou multa até € 150,00;

b) Se a infração for grave, por atingir resultados significativos de ordem moral e/ou material, e atingir valores sociais relevantes, será punido com pena de multa até € 500,00 e/ou suspensão de atividade ou funções até 6 meses;

c) Se a infração for muito grave, por atingir resultados gravosos de ordem moral e/ou material, e atingir valores sociais relevantes será punido com pena de multa até € 1 000,00 e/ou suspensão de atividade ou funções até 2 anos.

3- A tentativa é punível de idêntica forma.

4- A instauração de procedimento disciplinar, com fundamento em suspeita da prática de atos de racismo, xenofobia e intolerância para com terceiros e/ou instituições, poderá determinar, pelo Conselho de Disciplina, a suspensão preventiva do agente desportivo, até decisão final do processo.

5- A suspensão preventiva, referida no número anterior implica a inibição de o agente participar em qualquer atividade ligada à modalidade, sendo tida em consideração na decisão final do processo instaurado.

6- A tramitação do procedimento disciplinar e instância de recurso é a constante no presente regulamento.

CAPÍTULO III

DAS INFRAÇÕES ESPECÍFICAS

SECÇÃO I

DOS PRATICANTES

ARTIGO 36º

Infrações leves

São puníveis com a pena de repreensão escrita as seguintes infrações:

- a) Observações e protestos feitos a árbitros e autoridades desportivas no exercício das suas funções para que, dos mesmos, transpareça ligeira incorreção;
- b) Ligeiras incorreções com outros praticantes, membros dos órgãos da FPPM, Clubes, Dirigentes, Técnicos; Público ou outras pessoas diretamente relacionadas com a modalidade;
- c) Descuido ou negligência não grosseira na utilização de instalações ou equipamentos desportivos alheios;
- d) Ligeiras incorreções de comportamento em geral, violadoras da ética e correção desportivas.

ARTIGO 37º

Infrações Graves

1- São puníveis com as penas de multa até € 500,00 e/ou suspensão até 6 meses, as seguintes infrações:

- a) Insultos, ofensas ou atos que revistam carácter, injurioso, difamatório ou grosseiro, dirigidos a árbitros, autoridades desportivas, outros praticantes, membros dos órgãos da FPPM, clubes, dirigentes, técnicos, público ou outras pessoas diretamente relacionadas com a modalidade;
- b) O desrespeito ou não cumprimento de ordens, decisões ou instruções emanadas dos órgãos competentes da FPPM no exercício das suas funções;
- c) A violação reiterada das regras constantes do regulamento técnico de Pentatlo Moderno;
- d) As ações violentas, dolosas ou negligentes, que ponham em perigo a integridade física de outrem e sem que delas advenham consequências;
- e) A destruição ou danificação intencional de locais de reunião social, instalações ou equipamentos desportivos alheios;
- f) A não comparência sem justificação, nos termos dos respetivos regulamentos em vigor, em reuniões, treinos, estágios, competições ou outras manifestações desportivas, após prévia convocação pela FPPM, nomeadamente quando integrados em núcleos ou seleções em representação nacional;
- g) A assinatura de Licenciamento por mais de um clube simultaneamente na mesma época;
- h) A participação em provas organizadas por clubes não filiados ou por entidades públicas ou particulares, se os seus promotores não tiverem requerido e obtido licença da FPPM para a organização se realizar sob os seus regulamentos;
- i) As falsas declarações em processos disciplinares, sem graves consequências para outrem;
- j) Os atos notórios e públicos que atentem contra a dignidade, ética e correção desportivas, quando revistam especial gravidade.

2- O período temporal referido no número 1 do presente artigo corresponde única e exclusivamente à época desportiva definida no Regulamento Geral de Competições.

3- O período temporal referido no número anterior suspende-se durante o período não previsto como época competitiva.

ARTIGO 38º

Infrações muito Graves

1- São puníveis com a pena de multa até € 750,00 e/ou suspensão até 1 ano, as seguinte Infrações:

- a) As ameaças, intimidações ou agressões físicas, ou qualquer manifestação violenta, dirigidas a árbitros, autoridades desportivas, outros praticantes, membros dos órgãos da FPPM, dirigentes, técnicos, público ou outras pessoas diretamente relacionadas com a modalidade;
- b) A manifesta desobediência, com graves consequências, às ordens, decisões ou instruções

- emanadas dos órgãos competentes da FPPM no exercício das suas funções;
- c) As ações violentas, dolosas ou negligentes, com consequências físicas para outrem;
 - d) A subtração de quaisquer objetos em instalações desportivas ou diretamente relacionadas com a modalidade;
 - e) Abandono doloso e injustificado de treinos, estágios, competições ou outras manifestações desportivas quando em representação da FPPM;
 - f) As falsas declarações em processos disciplinares, com graves consequências para outrem;
 - g) A falsificação de dados ou quaisquer documentos diretamente relacionados com a modalidade, nomeadamente para a obtenção de Licenças da Federação;
 - h) O incumprimento de sanções impostas;
 - i) Qualquer declaração, comportamento, atitude ou gesto público ofensivo, agressivo ou antidesportivo, quando revista especial gravidade e prejudique ou desacredite o Pentatlo Moderno ou a FPPM.

2- O período temporal referido no número 1 do presente artigo corresponde única e exclusivamente à época desportiva definida no Regulamento Geral de Competições.

3- O período temporal referido no número anterior suspende-se durante o período não previsto como época competitiva.

SECÇÃO II

DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DA FPPM

ARTIGO 39º

Remissão para a Secção I

Às infrações disciplinares cometidas pelos membros dos órgãos da FPPM serão aplicáveis, com as devidas adaptações, as disposições constantes da Secção I deste capítulo, sem prejuízo do disposto nos artigos seguinte.

ARTIGO 40º

Infrações leves

São puníveis com as penas de multa até € 750,00 ou suspensão até 1 ano, as infrações disciplinares que revelem negligência grave no exercício das respetivas funções, má compreensão dos deveres funcionais ou grave desinteresse pelo cumprimento dos deveres inerentes ao cargo que ocupa, nomeadamente:

- a) A não participação do Conselho de Disciplina das infrações de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções;
- b) A falta de correção para com os outros membros dos órgãos da FPPM em exercício das funções;
- c) Informar erroneamente o órgão da FPPM a que seja devida justificação, nas condições referidas no corpo deste artigo e de onde resultem ou possam resultar graves consequências.

ARTIGO 41º

Infrações muito graves

1- São puníveis com as penas de suspensão até 4 anos ou de destituição do cargo ou funções, as

infrações disciplinares que atentem gravemente contra a dignidade e o prestígio do órgão de que seja membro, em particular, ou da FPPM, em geral, nomeadamente:

- a) Injuriar ou desrespeitar gravemente colegas, membros de outros órgãos da FPPM ou outras pessoas; por motivos relacionados com o exercício das suas funções;
- b) O abuso de autoridade e usurpação de atribuições;
- c) A violação dolosa do dever de imparcialidade no exercício das competentes funções;
- d) A dispensa de tratamento de favor, no exercício das respetivas funções, a qualquer pessoa, singular ou coletiva, diretamente relacionada com a modalidade.

2- São, porém, puníveis com a pena de destituição do cargo ou funções, as seguintes infrações disciplinares:

- a) A agressão a colegas, membros de outros órgãos da FPPM ou outras pessoas, por motivos relacionados com o exercício das suas funções;
- b) O desvio de dinheiro ou bens da FPPM;
Solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, dádivas, gratificações, participações em lucros ou outras vantagens patrimoniais, em resultado do lugar ocupado;
- c) Faltar aos deveres impostos pelas funções desempenhadas com intenção de obter, para si ou para terceiro, um benefício económico ou qualquer outra vantagem ilícita;
- d) Prestar falsas declarações em processo disciplinar resultando daí graves prejuízos para terceiros;
- e) Cometer dolosamente inconfidência, revelando factos ou documentos não destinados a divulgação e relacionados com o funcionamento dos órgãos da FPPM, com graves consequências para esta instituição.

SECÇÃO III

DOS CLUBES

ARTIGO 42º

Remissão para a secção I

Às infrações disciplinares cometidas pelos clubes serão aplicáveis, com as devidas adaptações, as disposições constantes da Secção I deste capítulo, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.

ARTIGO 43º

Infrações leves

São puníveis com a pena de repreensão escrita as seguintes infrações:

- a) A não apresentação em provas por equipas, para as quais se tenham inscrito ou ficaram classificados, sem justificação prévia;
- b) Atraso imputável, na apresentação em provas oficiais, por equipas ou outros encontros desportivos, que impeça o seu início em tempo ou obste à sua normal realização;
- c) Ligeiras incorreções de comportamento coletivo, violadoras da ética e correção desportivas.

ARTIGO 44º

Infrações graves

São puníveis com pena de multa até € 750,00 e/ou suspensão até 6 meses, as seguinte infrações:

- a) Impedir a presença de um atleta seu nos treinos, estágios ou competições internacionais para que tenham sido previamente convocado ou selecionado pela FPPM;
- b) O não cumprimento de outros deveres que sejam impostos pelos Estatutos da FPPM, Regulamentos desportivos e demais legislação aplicável;
- c) O não pagamento das taxas de Licenciamento ou Filiação ou Multas nos prazos fixados;
- d) A utilização em provas oficiais de praticantes pertencentes a outros clubes;
- e) A adoção de procedimentos que prejudiquem o prestígio, o bom nome e os interesses da FPPM e do Pentatlo Moderno;
- f) O comportamento coletivo extremamente incorreto, atentatório do decoro e dignidade devidos à modalidade.

ARTIGO 45º

Infrações muito graves

São puníveis com a pena de suspensão até 1 ano, as seguintes infrações:

- a) O exercício de coação sobre praticantes, árbitros e demais autoridades desportivas, membros dos órgãos da FPPM, clubes, dirigentes, técnicos ou outras pessoas;
- b) Diretamente relacionadas com a modalidade, que anule ou vicie a sua vontade, no exercício das suas funções ou atividades, visando falsear resultados competitivos ou obter, para si ou para outrem, quaisquer vantagens ilícitas;
- c) Aceitar, dar ou prometer recompensas de ou a terceiros, visando falsear resultados competitivos ou obter, para si ou para outrem quaisquer vantagens ilícitas;
- d) A prática de atos de manifesta indisciplina e de desrespeito público pelos corpos sociais da FPPM.

SECÇÃO IV

DE OUTRAS PESSOAS RELACIONADAS COM O PENTATLO MODERNO

ARTIGO 46º

Remissão para a secção I

Às infrações disciplinares cometidas por dirigentes, técnicos, médicos, massagistas, árbitros ou outras pessoas diretamente relacionadas com a modalidade, serão aplicáveis, com as devidas adaptações, as disposições constantes da Secção I.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR

ARTIGO 47º

Extinção da responsabilidade disciplinar

A responsabilidade disciplinar extingue-se:

- a) Pelo cumprimento da pena imposta;
- b) Pela prescrição do procedimento disciplinar;
- c) Pela prescrição da pena;
- d) Pela morte do infrator ou extinção da pessoa coletiva;
- e) Pela renovação ou comutação da pena;
- f) Pela amnistia.

ARTIGO 48º

Prescrição do procedimento disciplinar

- 1- O direito de instaurar procedimento disciplinar prescreve ao fim de 3 anos, 2 anos ou 6 meses, consoante se trate de infrações muito graves, graves ou leves, começando a contar o respetivo prazo a partir da data em que a infração foi cometida ou da data em que a mesma foi conhecida.
- 2- Prescreverá, igualmente, se conhecida a falta pelo órgão competente para instaurar o procedimento disciplinar, este não o fizer no prazo de 6 meses.
- 3- Se antes do decurso do prazo referido no n.º 1, alguns atos instrutórios, com efetiva incidência na marcha do processo, tiverem lugar a respeito da infração, a prescrição conta-se desde o dia em que tiver sido praticado o último ato.

ARTIGO 49º

Prescrição das penas

As penas disciplinares prescrevem nos prazos seguintes, contados da data em que a decisão se tornar irreversível:

- a) 1 ano, para as penas de repreensão escrita;
- b) 3 anos, para as penas de multa e de suspensão;
- c) 5 anos, para a pena de demissão.

ARTIGO 50º

Revogação e comutação das penas

A pena de suspensão poderá ser revogada ou comutada a requerimento do interessado, após um ano do início do cumprimento da pena.

ARTIGO 51º

Amnistia

- 1- A amnistia extingue o procedimento disciplinar e, no caso de já ter havido condenação, faz cessar a execução tanto da pena principal como das penas acessórias.
- 2- A amnistia não determina o cancelamento do registo da pena e não destrói os efeitos já produzidos pela aplicação da mesma.
- 3- No caso de concurso de infrações, a amnistia é aplicável a cada uma das infrações a que foi concedida.
- 4- A amnistia, contudo, não extingue a responsabilidade civil, embora para todos os efeitos do presente regulamento seja considerada sanção disciplinar.

TÍTULO IV

DA DISCIPLINA EM MATÉRIA NÃO DESPORTIVA

ARTIGO 52º

Infrações

É passível a instauração de procedimento disciplinar às pessoas referidas no nº 2 do artigo 1º do presente Regulamento, por parte da Direção, nomeadamente quando:

- a) Cometerem infrações às regras estabelecidas nestes estatutos, nos regulamentos internos e nos regulamentos aplicáveis às atividades da FPPM;
- b) Contrariem as deliberações dos Corpos Sociais ou dos seus representantes;
- c) Usarem de quaisquer meios que tenham como efeito o descrédito da FPPM;
- d) Injuriarem ou difamarem os membros dos Corpos Sociais, seus representantes ou agentes desportivos;
- e) Desrespeitarem na Sede, nas delegações ou em qualquer local onde a FPPM esteja instalada ou representando, qualquer membro dos Corpos Sociais, seus representantes ou agentes desportivos bem como outras pessoas coletivas ou singulares nela filiadas;
- f) Defraudarem ou tentarem fraudar a FPPM;
- g) Usarem abusivamente a qualidade de representante dos Corpos Sociais ou da FPPM, sem que para tal estejam credenciados;
- h) Usarem de incorreção, comportamento indevido ou ofensa na pessoa de consócios ou familiares, na Sede, nas delegações ou em outras instalações da FPPM, ou em qualquer outro local que envolva direta ou indiretamente o nome da FPPM;
- i) Usarem de incorreção, comportamento indevido ou ofensa para o Desporto e pessoas a ele ligadas pondo em causa a imagem, dignidade e seriedade da FPPM perante as Entidades Desportivas Nacionais ou Internacionais.

ARTIGO 53º

Sanções a Aplicar

1- As sanções a aplicar, em face das infrações cometidas são proporcionais à gravidade dos factos e à culpa do agente e consistem em:

- a) Advertência verbal;
- b) Repreensão registada;
- c) Suspensão de direitos até 4 anos;
- d) Destituição de cargo ou funções.

2- A aplicação das sanções previstas no número anterior, são da competência da Direção, havendo apenas possibilidade de recurso para a Assembleia Geral, relativamente às sanções previstas nas al. b) a d) do número anterior.

3- Na aplicação das sanções ter-se-á sempre em conta as agravantes ou atenuantes e, a circunstância do comportamento anterior e da reincidência.

4- A aplicação de qualquer sanção será obrigatoriamente comunicada ao arguido por carta registada com aviso de receção e, implicará audiência do arguido, devendo o processo ser escrito.

5- O associado com processo disciplinar pendente perde temporariamente os seus direitos, sem que cessem os seus deveres.

6- A aplicação de qualquer sanção não desobriga o associado do pagamento das suas quotas, e nunca afasta a responsabilidade pelo pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados à FPPM ou, a terceiros.

ARTIGO 54º

Poder Disciplinar da Direção

1 - À Direção são reconhecidos plenos poderes para aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência verbal nos casos previstos nas alíneas do artigo 52º, à exceção da al f) e, quando se tratem de faltas leves. Traduzindo-se num mero aviso pela irregularidade cometida;
- b) Repreensão registada nos casos de reincidência no cometimento de pequenas violações ou infrações subsumíveis aos casos previstos nas alíneas do artigo 52, à exceção da al f), o façam com negligência, mas das quais não resultem consequências importantes;
- c) Suspensão de direitos até 4 anos em caso de dolo nas infrações subsumíveis aos casos previstos nas alíneas do artigo 52º;
- d) Destituição de cargo ou funções em caso de dolo nas infrações subsumíveis aos casos previstos nas alíneas do artigo 52º.

ARTIGO 55º

Prescrição do procedimento disciplinar

1- O direito de instaurar procedimento disciplinar prescreve ao fim de 1 ano, começando a contar o respetivo prazo a partir da data em que a infração foi cometida.

2- Prescreverá, igualmente, se conhecida a falta pelo órgão competente para instaurar o procedimento disciplinar, este não o fizer no prazo de 6 meses, a contar do conhecimento.

3- Se antes do decurso do prazo referido no n.º 1, alguns atos instrutórios, com efetiva incidência na marcha do processo, tiverem lugar a respeito da infração, a prescrição conta-se desde o dia em que tiver sido praticado o último ato.

TÍTULO V

DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 56º

Início do procedimento disciplinar

1- O procedimento disciplinar inicia-se com a receção pelo Conselho de Disciplina ou pela Direção de participação escrita de qualquer órgão ou agente desportivo que se encontre filiado ou seja associado da FPPM.

2- No caso de matéria não desportiva, a Direção pode iniciar, por si, o procedimento, sempre que tenha conhecimento de factos passíveis de serem subsumidos às infrações previstas no artigo 52º.

ARTIGO 57º

Competência para a instauração do processo disciplinar

O processo disciplinar é instaurado por deliberação do Conselho de Disciplina, e, em matéria não desportiva, pela Direção.

ARTIGO 58º

Formas do processo

- 1- O processo disciplinar pode ser comum ou especial.
- 2- O processo especial aplica-se aos casos expressamente designados neste regulamento e o processo comum a todos os casos a que não corresponda processo especial.
- 3- Os processos especiais regulam-se pelas disposições que lhes são próprias e, na parte nelas não previstas, pelas disposições respeitantes ao processo comum.

ARTIGO 59º

Obrigatoriedade de processo disciplinar

As penas disciplinares previstas no presente regulamento, serão sempre aplicados após o apuramento dos factos em processo disciplinar.

ARTIGO 60º

Forma dos atos

A forma dos atos, quando não esteja expressamente estipulada no presente regulamento, ajustar-se-á ao fim que se tem em vista e limitar-se-á ao indispensável para atingir esse fim.

ARTIGO 61º

Natureza secreta do processo

- 1- O processo disciplinar tem natureza secreta até à acusação, podendo apenas ser facultado ao infrator, a seu requerimento, unicamente os elementos por ele prestados, excluindo-se, expressamente, quaisquer outros.
- 2- O indeferimento do requerimento a que se refere o n.º anterior deve ser devidamente fundamentado e comunicado ao infrator no prazo de 10 dias.
- 3- Ao infrator que divulgar matéria confidencial nos termos deste artigo será instaurado, por esse facto, novo processo disciplinar.
- 4- O infrator poderá constituir advogado em qualquer fase do processo, nos termos gerais de direito, o qual assistirá, querendo, ao interrogatório do arguido.

ARTIGO 62º

Contagem dos prazos

À contagem dos prazos previstos no presente regulamento, são aplicáveis as seguintes regras, exceto quando for fixado expressamente outra forma de contagem dos mesmos:

- a) Não se inclui na contagem o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
- b) O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades e suspende-se nos Sábados, Domingos e Feriados;
- c) O termo do prazo que caia num daqueles três dias transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

ARTIGO 63º

Nulidades

- 1- A falta de audiência do infrator em artigos da acusação, nos quais as infrações sejam suficientemente individualizadas e referidas aos correspondentes preceitos legais, bem como a omissão de quaisquer diligências essenciais para a descoberta da verdade, constituem nulidades e determinam a anulação do processo.
- 2- As anulabilidades consideram-se supridas se não forem reclamadas pelo infrator até 10 dias após tomar conhecimento da decisão.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DISCIPLINAR COMUM

SECÇÃO I

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

ARTIGO 64º

Início e termo da instrução

- 1- A instrução do processo disciplinar inicia-se até 8 dias úteis, após a notificação ao instrutor do despacho que o mandou instaurar.
- 2- A instrução do processo disciplinar, compõem-se de uma fase de averiguações, que deve estar concluída no prazo de 60 dias úteis, após o seu início.
- 3- O prazo referido no número anterior poderá ser excecionalmente excedido, por deliberação do Conselho de Disciplina, ou da Direção, sob proposta fundamentada do instrutor do processo, podendo ser prorrogado, mais que uma vez, até um máximo de 120 dias.

ARTIGO 65º

Participação

- 1- Todos os que tiverem conhecimento da prática de infração disciplinar por alguma das pessoas, singulares ou coletivas, enunciadas no Artigo 1º deste regulamento, poderão participá-lo ao Conselho de Disciplina, ou à Direção da FPPM, consoante de trate de infração em matéria desportiva ou não.
- 2- Os membros dos órgãos da FPPM que tenham conhecimento de infração disciplinar no exercício das suas funções, deverão participá-lo ao Conselho de Disciplina, ou à Direção da FPPM, consoante de trate de infração em matéria desportiva ou não.
- 3- As participações feitas pelas entidades referidas no número anterior serão reduzidas a auto de notícia, o qual, na medida do possível, mencionará:

- a) Os factos que constituírem infração disciplinar;

- b) O dia, hora, local e as circunstâncias em que a infração foi cometida;
- c) O nome e demais elementos de identificação do infrator, da entidade que a presenciou, dos ofendidos diretos, se os houver e de, se for possível, pelo menos duas testemunhas que possam depor sobre os factos.

4- O auto a que se refere o número anterior deverá ser assinado pela entidade que o levantou e pelas testemunhas, se possível.

5- Poderá levantar-se um único auto por diferentes infrações disciplinares cometidas na mesma ocasião ou relacionadas umas com as outras, embora sejam diversos os seus autores

6- Os autos levantados nos termos deste artigo serão remetidos imediatamente à entidade competente para instaurar o processo disciplinar.

ARTIGO 66º

Valor probatório dos autos de notícia

Os Autos levantados nos termos do artigo 61º, desde que tenham a indicação de duas testemunhas, fazem fé, até prova em contrário, unicamente quanto aos factos presenciados pela entidade que os levantou, mas o instrutor poderá ordenar a produção de quaisquer diligências que julgue necessárias para a descoberta da verdade.

ARTIGO 67º

Instrução do processo disciplinar

1- Recebido o auto ou participação, o Conselho de Disciplina, ou a Direção, consoante o caso, decide se há lugar a procedimento ou não.

2- Não havendo lugar a procedimento disciplinar, mandará arquivar o auto ou participação.

3- Quando se conclua que a participação é infundada e dolosamente apresentada no intuito de prejudicar outrem, designadamente contendo matéria difamatória ou injuriosa, poderá a entidade competente para punir participar o facto criminalmente, sem prejuízo de adequado procedimento disciplinar quando o participante for uma das pessoas referidas no artigo 1º deste regulamento.

ARTIGO 68º

Apensação de processos

1- Para todas as infrações cometidas pelo mesmo agente será organizado um só processo.

2- Tendo sido instaurados diversos processos contra o mesmo agente serão apensados ao da infração mais grave e, no caso de a gravidade ser a mesma, àquele que primeiro tiver sido instaurado.

ARTIGO 69º

Nomeação do Instrutor

1- Do despacho que instaurar o procedimento disciplinar constará a nomeação de instrutor.

2- Se o instrutor for membro de um órgão da FPPM, as funções de instrutor prevalecem sobre quaisquer outras que desempenhe no âmbito da sua atividade na FPPM, podendo determinar-se, quando tal seja exigido pela natureza e complexidade do processo, que aquele fique exclusivamente adstrito à função de instrução.

3- O instrutor pode escolher secretário da sua confiança, cuja nomeação compete à entidade que o

nomeou, e bem assim requisitar a colaboração de técnicos.

ARTIGO 70º

Suspeição do Instrutor

1- O infrator e o participante poderão deduzir a suspeição do instrutor do processo disciplinar com qualquer dos fundamentos seguintes:

- a) Se o instrutor tiver sido direta ou indiretamente atingido pela infração;
- b) Se o instrutor for parente na linha reta ou até terceiro grau na linha colateral do infrator, do participante ou do ofendido direto, se o houver, ou de alguém que com os referidos indivíduos viva em economia comum;
- c) Se estiver pendente em tribunal civil ou criminal processo em que o instrutor e o infrator ou o participante sejam partes;
- d) Se o instrutor for credor ou devedor do infrator ou do participante ou de algum seu parente na linha reta ou até terceiro grau na linha colateral;
- e) Se houver inimizade grave ou grande intimidade entre o infrator e o instrutor, ou entre este e o participante ou ofendido, se o houver.

2- O Conselho de Disciplina, ou a Direção, consoante os casos, decidirão, em despacho fundamentado, no prazo máximo de 10 dias.

3- O disposto nas alíneas a) a e) do nº 1 constitui motivo de escusa do instrutor ou do secretário para intervir no processo.

ARTIGO 71º

Suspensão preventiva

1- Sempre que se esteja perante infrações muito graves ou infrações como as consagradas no artigo 33º deste regulamento, o Conselho de Disciplina, e a Direção, nos casos previstos no Art. 52º, deste regulamento, poderá suspender preventivamente o infrator, devendo fazê-lo, por carta registada com aviso de receção, podendo efetuar tal comunicação desde o momento em que o processo disciplinar é instaurado até à notificação da nota de culpa.

2- A decisão do conselho de disciplina, ou da Direção, deve fundamentar a suspensão a aplicar.

3- A suspensão tem efeitos a partir da data da notificação.

4- O período de suspensão preventiva será levado em conta na decisão final.

5- Da decisão do Conselho de Disciplina de aplicar a suspensão preventiva, cabe recurso para o Conselho de Justiça; a decisão da Direção cabe recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia.

6- O Arguido tem 5 dias para apresentar o recurso.

7- O Conselho de Justiça, ou o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tem 5 dias para proferir despacho devidamente fundamentado, enviando-o ao instrutor do processo.

ARTIGO 72º

Instrução do processo

1- O instrutor, recebido o despacho do Conselho de Disciplina, ou da Direção, consoante os casos, fará atuar o mesmo, com o auto ou participação juntos ao despacho.

2- Finda a fase de averiguações, prevista no Art. 64º, nº 2 e nº 3, deste regulamento, será remetido, pelo instrutor, nota de culpa, ao arguido, com a descrição circunstanciada dos factos que lhe são

imputados e demais circunstâncias de interesse e a penalidade em que incorre.

3- A nota de culpa deve ser escrita e remetida ao arguido através de carta registada com aviso de receção.

4- O Arguido dispõe de 15 dias para responder à nota de culpa, deduzindo por escrito os elementos que considere relevantes para o esclarecimento dos factos e da sua participação nos mesmos, podendo apresentar rol de testemunhas, juntar documentos e/ou solicitar as diligências probatórias que se mostrem pertinentes para o esclarecimento da verdade.

5- A resposta à nota de culpa, deverá ser assinada pelo arguido ou pelo seu mandatário e será enviada ao instrutor do processo.

6- As testemunhas que o arguido venha a oferecer, não podem ser mais de 3 por cada facto dos artigos constantes na nota de culpa, e mais de 10 no total, cabendo ao arguido assegurar a respetiva comparência ou requerer a sua audição por escrito.

7- O arguido terá de expressamente referir quais as testemunhas que pretende sejam ouvidas presencialmente ou por escrito. Caso nada seja referido, serão todas questionadas por escrito.

8- As testemunhas poderão ser ouvidas presencialmente, registando-se por escrito o seu depoimento, ou então depor por carta sobre um questionário previamente elaborado pelo instrutor do processo, ficando, neste caso obrigada a juntar fotocópia de documento de identificação e assinar a resposta de acordo com o mesmo.

9- O prazo para depoimento por carta das testemunhas é de 5 dias seguidos e contados a partir do terceiro dia útil posterior ao da expedição do questionário.

10- Ao arguido será dado conhecimento, na mesma data, da notificação às testemunhas para comparecerem a depor ou para o fazerem por carta.

11- As testemunhas que não comparecerem a depor na ocasião designada ou não prestarem depoimento por carta, no prazo assinalado, não serão novamente notificadas, considerando-se como satisfeita a garantia de plena audiência de defesa do arguido.

12- As testemunhas a depor presencialmente, assim como os demais intervenientes no processo, serão advertidas das penas a aplicar de acordo com o disposto no artigo 33º, do presente regulamento.

13- O instrutor deverá proceder à realização das diligências probatórias, requeridas na resposta à nota de culpa, se necessário recorrendo a técnicos especializados, a menos que considere patentemente dilatórias ou impertinentes, devendo, nesse caso, alegá-lo por escrito e fundamentado.

14- O instrutor pode proceder às diligências que considerar necessárias, nomeadamente ouvindo pessoas não arroladas como testemunhas, solicitar o depoimento presencial de testemunhas que tenham sido arrolada a responder a questionário, e proceder a todas as demais diligências que considere necessárias à descoberta da verdade.

15- O Instrutor pode, querendo, solicitar o depoimento presencial do arguido e participante, ficando obrigado a adverti-los para as consequências da falta de acordo com o artigo 34º do presente regulamento.

16- O relatório final do instrutor será proferida no prazo de 30 dias após a finalização das diligências probatórias requeridas pelo arguido, se a elas houver lugar, ou a contar da apresentação da defesa, caso não sejam requeridas diligências probatórias pelo arguido, podendo este prazo ser prorrogado por mais 30 dias, mediante pedido fundamentado do instrutor.

ARTIGO 73º

Exame do processo

Durante o prazo para a apresentação da defesa, pode o arguido ou o seu mandatário regularmente constituído, examinar o processo em data, hora e local previamente combinados ou subsidiariamente, na sede da FPPM.

ARTIGO 74º

Relatório final do Instrutor

- 1- Do relatório final do instrutor referido no nº 16, do Art. 72º, deste regulamento, deve constar a existência material das faltas, sua qualificação e gravidade, e bem assim a pena que entender justa ou a proposta para que os autos se arquivem por ser insubsistente a acusação.
- 2- Tal relatório é remetido à entidade que o tiver mandado instaurar, a qual, se não for competente para decidir, o enviará dentro de 5 dias seguidos a quem deva proferir a decisão.

SECÇÃO II

DA DECISÃO DISCIPLINAR

ARTIGO 75º

Decisão

Recebido o processo, o Conselho de Disciplina ou a Direção, consoante os casos, apreciará a proposta do instrutor e decidirá no prazo de 10 dias, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

ARTIGO 76º

Decisão da Assembleia Geral

- 1- Sendo proposta pena de destituição do cargo ou funções, a Direção aprecia o processo e, caso confirme a proposta, solicita o parecer do Conselho de Justiça, no prazo máximo de 10 dias.
- 2- O parecer do Conselho de Justiça será apensado ao processo para posterior apreciação pela Assembleia Geral, que decidirá a pena a aplicar.

ARTIGO 77º

Notificação da decisão

A decisão fundamentada será comunicada ao arguido nos 10 dias subsequentes à data em que foi tomada.

ARTIGO 78º

Início da produção de efeitos das penas

A pena começa a produzir os seus efeitos no dia seguinte ao da notificação do arguido.

CAPÍTULO III

DAS RECLAMAÇÕES E RECURSOS

ARTIGO 79º

Reclamação

- 1- Das decisões do instrutor caberá reclamação para o Conselho de Disciplina ou para a Direção, consoante os casos, até ao encerramento da instrução ou, excecionalmente, no prazo de 5 dias após o seu conhecimento.
- 2- O Conselho de Disciplina, ou a Direção, pronunciar-se-á no prazo de 5 dias após o recebimento da reclamação.
- 3- O silêncio do Conselho de Disciplina, ou da Direção, equivale ao indeferimento da reclamação.
- 4- A reclamação deve ser apresentada por meio de requerimento na secretaria da FPPM.

ARTIGO 80º

Efeito da reclamação

A reclamação tem efeito meramente devolutivo.

ARTIGO 81º

Recurso das decisões da Direção

- 1- Das sanções aplicadas pela Direção, poderão os infratores interpor recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com exceção da advertência verbal, no prazo máximo de cinco dias, a contar da data em que receberam a notificação.
- 2- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral face ao processo, decidirá da marcação ou não da Assembleia Geral, para decisão quanto ao recurso.

ARTIGO 82º

Recurso para o Conselho de Justiça

- 1- O arguido, o participante e quem nisso tiver interesse legítimo, poderá recorrer das decisões finais do Conselho de Disciplina.
- 2- O recurso interpor-se-á para o Conselho de Justiça, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da decisão.
- 3- O Conselho de Justiça pronunciar-se-á no prazo de 10 dias.

ARTIGO 83º

Interposição de recurso

- 1- O recurso interpõe-se por meio de requerimento, entregue na secretaria da FPPM, no qual o requerente deve expor todos os fundamentos de recurso, nomeadamente os motivos da discordância.
- 2- Com o requerimento em que interponha o recurso, pode o recorrente requerer novos meios de prova ou juntar os documentos que entenda conveniente, desde que não pudessem ter sido

requeridos ou utilizados antes.

ARTIGO 84º

Efeito do recurso

A apresentação do recurso tem efeitos suspensivos.

ARTIGO 85º

Notificação dos contrainteressados

Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deve notificar aqueles que possam ser prejudicados pela sua precedência para alegarem no prazo de 8 dias úteis, o que tiverem por conveniente sobre o pedido e os fundamentos.

ARTIGO 86º

Rejeição do recurso

O recurso deve ser rejeitado nos seguintes casos:

- a) Quando haja sido interposto para órgão incompetente;
- b) Quando a decisão impugnada não seja suscetível de recurso;
- c) Quando o recorrente careça de legitimidade;
- d) Quando o recurso haja sido interposto fora do prazo;
- e) Quando ocorra qualquer outra causa que obste ao conhecimento do recurso.

ARTIGO 87º

Regime de subida dos recursos

- 1- Os recursos das decisões que não ponham termo ao processo só subirão com a decisão final se dela recorrer, salvo o disposto no número seguinte.
- 2- Sobem imediatamente e nos próprios autos os recursos que ficando retidos percam por esse facto o efeito útil.

ARTIGO 88º

Notificação da decisão

A decisão do Conselho de Justiça, dando ou não provimento ao recurso, deverá ser notificada aos interessados, nos 5 dias subsequentes à data em que foi proferida, nos termos do artigo 49º.

ARTIGO 89º

Recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto

As decisões do Conselho de Justiça ou da Assembleia são suscetíveis de recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto, nos termos da Lei, exceto no que respeita às matérias emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva.

ARTIGO 90º

Taxas

- 1- Quanto à reclamação a taxa a aplicar será de € 50,00.
- 2- Quanto ao Recurso a taxa a aplicar será de € 75,00.
- 3- Sendo a reclamação ou o recurso procedentes, será restituída ao reclamante ou ao recorrente a totalidade da taxa paga.
- 4- Sendo a reclamação ou o recurso improcedentes, não há lugar a qualquer restituição.
- 5- A taxa deverá ser paga nos serviços administrativos da FPPM, no prazo de 5 dias seguidos, contados da data de entrada da reclamação ou recurso.
- 6- A falta de pagamento das taxas estabelecidas obsta ao conhecimento das causas.

CAPÍTULO IV

DOS PROCESSOS DISCIPLINARES ESPECIAIS

SECÇÃO I

DO PROCESSO SUMÁRIO

ARTIGO 91º

Quando tem lugar

O procedimento disciplinar segue a forma sumária quando estiver indiciada infração punível com a pena de repreensão escrita.

ARTIGO 92º

Tramitação

- 1- A instrução do processo disciplinar deve iniciar-se no prazo máximo de 8 dias úteis e ultimar-se no prazo de 25 dias úteis.
- 2- O arguido tem 7 dias para responder à nota de culpa.
- 3- A audição do(s) indiciado(s), bem como a de outras eventuais testemunhas, não carece de observar formalidades especiais, podendo, inclusive, ser feita por simples carta ou fax, com o convite para se pronunciar sobre os factos.
- 4- O Instrutor, no prazo de 15 dias, efetuará a produção da prova oferecida pelo arguido e, findo esse prazo, elaborará relatório final fundamentado e com a proposta de pena a aplicar.
- 5- O processo é enviado ao Conselho de Disciplina, devendo proferir decisão no prazo de 10 dias.
- 6- Se durante a instrução resultarem indícios de infração disciplinar a que corresponda pena superior à referida no artigo 62º ou grande complexidade, organizar-se-á processo comum aproveitando-se, na medida do possível, as diligências já efetuadas.

SECÇÃO II

DO PROCESSO DE AVERIGUAÇÕES

ARTIGO 93º

Quando tem lugar

O processo de averiguações é efetuado quando haja sérias dúvidas sobre a existência efetiva de infração disciplinar.

ARTIGO 94º

Tramitação

- 1- Recebida a participação pelo Conselho de Disciplina, este deverá remetê-la ao instrutor, no prazo máximo de 10 dias úteis.
- 2- O instrutor tem 3 dias úteis para dar início ao processo.
- 3- O instrutor deverá recorrer aos meios mais expeditos de forma a averiguar da existência ou não de infração disciplinar.
- 4- O instrutor tem 15 dias úteis para concluir o processo, a partir da data em que der início ao mesmo.
- 5- Findo o prazo consagrado no número anterior, o instrutor elaborará em 3 dias úteis, relatório final, que remeterá ao Conselho de Disciplina, devendo propor uma de duas medidas:

- a) Arquivamento do processo, se entender que não há infração disciplinar.
- b) A instauração de eventual processo disciplinar.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO ÚNICO

HIERARQUIA E LIMITES MATERIAIS

ARTIGO 95º

Hierarquia das normas

- 1- As normas estatutárias prevalecem sobre as demais.
- 2- As normas do regulamento de Disciplina da FPPM prevalecem sobre as dos demais regulamentos disciplinares, sem prejuízo das regras que deferem para regulamentos específicos em determinadas matérias.

ARTIGO 96º

Limites materiais

As normas do presente regulamento só podem ser alteradas ou modificadas nas mesmas condições em que o puderem ser as dos Estatutos.

ARTIGO 97º

Casos omissos

Os casos omissos neste regulamento são analisados e decididos pelo Conselho de Justiça e Direção da FPPM.

ARTIGO 98º

Aprovação, revogação e entrada em vigor

1- O presente Regulamento de Disciplina da FPPM foi aprovado em Reunião de Direção da FPPM realizada em 6 de novembro de 2014 e entra de imediato em vigor.

2- O presente regulamento revoga todas as normas disciplinares que com ele estejam em oposição e contradição.

ARTIGO 99º

Disposições subsidiárias

Em tudo o que não estiver especialmente previsto neste regulamento aplicar-se-ão, subsidiariamente, a legislação processual comum, civil ou penal, bem como os princípios gerais de direito comum e desportivo.

ENCERRAMENTO

O presente documento é composto por 99 º artigos, e foi aprovado em reunião da Direção da FPPM em 6 de novembro de 2014.